

# Carta aberta para tornar a pesca justa

Vamos enviar uma carta aberta ao Comissário da UE do Ambiente, Oceanos e Pescas, exigindo que resolva as desigualdades na gestão das pescas europeias através de uma transição justa.

Os mares turvos da política estão a permitir que os dinheiros públicos financiem a poluição e o declínio da nossa costa. O processo atual recompensa os grandes volumes de capturas sem ter em conta a sobrepesca, os danos no fundo do mar ou as emissões de gases. As quotas e os subsídios destinados ao setor pesqueiro estão a beneficiar aqueles que causam mais danos, em vez de apoiar os pescadores que estão atentos ao seu impacto. Há décadas que os pescadores de pequena escala e de baixo impacto têm exercido a sua atividade de forma responsável, tendo em mente a preservação das suas comunidades e do nosso ambiente. Apelamos à repartição de recursos e oportunidades para que este setor negligenciado possa desfrutar das águas límpidas e calmas que merece.

Para adicionar a sua assinatura ao e-mail [elsa.pullman@blueventures.org](mailto:elsa.pullman@blueventures.org).

Sr. Virginijus Sinkevičius  
Comissário Responsável pelo Ambiente, Oceanos e Pescas  
Comissão Europeia

## **Assunto: Tornar a pesca justa - Apelo urgente a uma transição justa nas pescas europeias**

Prezado Comissário Sinkevičius,

A incapacidade de abordar questões de igualdade nas políticas europeias em matéria de pescas fez com que se desperdiçassem oportunidades para fazer face à degradação ambiental, às disparidades económicas e às injustiças sociais.<sup>1</sup> A pesca de pequena escala e baixo impacto (SSF) gera mais empregos e maior valor acrescentado por litro de combustível utilizado causando menos danos ao meio ambiente, ao contrário do que se verifica com a pesca em grande escala e de grande impacto<sup>2,3</sup> Apesar disso, o setor tem vindo a carecer de oportunidades a nível da pesca e de apoio setorial ao longo de décadas, o que tem impacto na resiliência global das comunidades piscatórias europeias.

**Apelamos a que resolva as desigualdades geradas pelas políticas europeias em matéria de pescas através de uma transição justa que acabe com os subsídios prejudiciais e garanta um acesso justo dos pescadores de pequena escala e de baixo impacto ao apoio financeiro e às oportunidades de pesca na Europa.**

O potencial da pesca de pequena escala e de baixo impacto para apoiar os meios de subsistência, os sistemas alimentares locais e as atividades socioeconómicas das comunidades costeiras ainda não foi concretizado. Devido à aplicação parcial da Política Comum das Pescas (PCP) de 2013, a gestão das pescas na Europa continua a favorecer a pesca em grande escala e de grande impacto, um subsetor que prejudica o ambiente, conduz à sobrepesca e contribui significativamente para a crise climática. Os subsídios aos combustíveis prejudiciais continuam a beneficiar e a manter embarcações maiores e mais poluentes, enquanto as oportunidades de pesca na Europa estão concentradas nas mãos dos proprietários de embarcações de pesca mais ricas, industriais e de grande impacto, devido a atribuições baseadas em registos históricos de capturas.<sup>4,5,6,7,8,9</sup>

A atribuição de prioridades e o apoio político à pesca de pequena escala e de baixo impacto contribuirão para resolver o problema da sobrepesca na Europa, preservar a biodiversidade marinha, reduzir a pegada de

carbono do setor pesqueiro e enfrentar os desafios socioeconómicos do setor marítimo.

O artigo 17.º da PCP é a solução para o estado crítico das pescas na UE e para libertar o potencial do SSF, que esteve adormecido na última década. Ao aplicar critérios transparentes e objetivos de natureza ambiental, social e económica na repartição das possibilidades de pesca, a plena aplicação do artigo 17.º recompensaria as práticas sustentáveis e incentivaria a transição para uma pesca de baixo impacto<sup>10,11,12,13,14</sup> O atual foco no histórico de capturas como base para a atribuição de possibilidades de pesca é profundamente imperfeito, incentivando as empresas de pesca a dar prioridade à quantidade em detrimento da qualidade.<sup>15,16</sup> A atribuição da maior parte das possibilidades de pesca aos membros das Organizações de Produtores de Peixe (OPP) discrimina os operadores de pesca mais pequenos e de baixo impacto que não satisfazem os requisitos de elevado volume de capturas da maioria das OPP.

Além disso, ao redirecionar os dinheiros públicos gastos em subsídios que prejudicam o aumento da capacidade de pesca em grande escala e com grande impacto, a UE deve apoiar os profissionais do setor das pescas que proporcionam os maiores benefícios para a sociedade e o ambiente e restaurar os ecossistemas marinhos degradados.<sup>17,18</sup>

Por conseguinte, solicitamos à Comissão que:

- Estabeleça um plano de execução pormenorizado e vinculativo para o artigo 17.º, juntamente com orientações claras sobre a forma de desenvolver e aplicar critérios transparentes e objetivos para recompensar práticas de pesca sustentáveis e proteger os ecossistemas e as comunidades locais;
- Pôr termo aos subsídios prejudiciais e dar prioridade às atividades de pesca em pequena escala e de baixo impacto. Nomeadamente:
  - apoiar as associações de SSF na criação de organizações de produtores específicas e de outras estruturas de comercialização;
  - apoiar a descarbonização do setor através do desenvolvimento das tecnologias e infraestruturas mais adequadas;
  - aumentar a quota-parte e alargar o âmbito de aplicação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) utilizado para promover a recuperação da natureza e as práticas regenerativas;
- Garantir que os processos de atribuição de subsídios à pesca e de possibilidades de pesca sejam totalmente transparentes e acessíveis ao público, através da publicação de relatórios anuais a nível da UE que descrevam a forma como as possibilidades de pesca e os subsídios foram atribuídos e a quem.

Estas medidas, que lhe pedimos para implementar, tornaram-se um imperativo não só a nível ambiental, mas também socioeconómico. A Comissão Europeia deve repensar urgentemente a gestão das pescas para promover uma transição justa de uma indústria extrativa que apoia a pesca em grande escala e de alto impacto para uma que defenda o papel dos pescadores de pequena escala e de baixo impacto como guardiões do oceano.

Aguardamos a oportunidade de debater estas medidas consigo.

---

1. Pascual-Fernández, J., Pita, C. and Bavinck, M. (2020) Small-scale fisheries in Europe: Status, Resilience and Governance Vol 23. Cham: Springer (MARE Publication Series).

2. De acordo com a definição SSCF do Regulamento FEAMPA (n.º 14 do artigo 2.º), entende-se por "pequena pesca costeira" as atividades de pesca exercidas por a) navios de pesca de águas marinhas e interiores, , de comprimento fora a fora inferior a 12 metros e que não utilizam artes de pesca rebocadas, na aceção do artigo 2.º, ponto 1, do Regulamento (CE) n.º 1967/2006 do Conselho; ou b) pescadores apeedos, nomeadamente mariscadores.

3. Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF) - Relatório económico anual de 2023 sobre a frota de pesca da UE (STECF 23-07), Prelezo, R., Sabatella, E., Virtanen, J., Tardy Martorell, M. e Guillen, J. editor(s), Serviço de Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2023, doi:10.2760/423534, JRC135182.
4. Comissão Europeia (2013). Política N.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 sobre a política comum das pescas que altera os Regulamentos do Conselho (CE) N.º 1954/2003 e (CE) N.º 1224/2009 e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 2371/2002 e (CE) n.º 639/2004 do Conselho e a Decisão 2004/585/CE do Conselho (2013). Jornal Oficial, L354,pp. 22–61.
5. Elsler, L., Oostdijk, M. (2024). Better Use of Public Money: the End of Fuel Subsidies for the EU Fishing Industry Our Fish and Client Earth
6. Pauly, D. (2023). Pergunte ao Dr. Pauly: porque estamos a subsidiar o setor das pescas? 7 de fevereiro de 2023. Oceana.
7. LIFE. (2023). A Life apela à aplicação do artigo 17.º da PCP. 9 de fevereiro de 2023. Consultado em: 18.12.23
8. Carpenter, G. e Kleinjans, R. (2017). Who gets to fish? The allocation of fishing opportunities in EU member states. The New Economics Foundation.
9. Comissão Europeia (2024). Joint Research Centre, Van Hoof, L., Goti, L., Tardy Martorelle, M. et al., Social data in fisheries (STECF 23-17), Serviço de Publicações da União Europeia: <https://data.europa.eu/doi/10.2760/982497>
10. União Europeia. (2013). Regulamento (UE) N.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 sobre a Política Comum das Pescas. Jornal Oficial da União Europeia, L 354, artigo 17.º.
11. Elsler, L., Oostdijk, M. (2024). Allocating fishing opportunities with environmental, social and economic criteria. Examples from EU member states. Seas at Risk.
12. Kelly, F., Hubbard, R., O’Riordan, B. (2021). How the EU Fishing Fleet can become Low Environmental Impact, Low Carbon and Socially Just. Fishing Opportunities as an Agent of Change. Our Fish and LIFE.
13. Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de janeiro de 2023, sobre a situação da pesca de pequena escala na UE e perspetivas futuras (2021/2056(INI))
14. Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de junho de 2022, sobre a aplicação do artigo 17.º do Regulamento relativo à Política Comum das Pescas (2021/2168(INI))
15. Said, A., Pascual-Fernández, J., Amorim, V.I., Autzen, M.H., Hegland, T.J., Pita, C., Ferretti, J., Penca, J. (2020). ‘Small-scale fisheries access to fishing opportunities in the European Union: Is the common fisheries policy the right step to SDG14b?’, Marine Policy, 118.104009.
16. Kelly, F., Hubbard, R., O’Riordan, B. (2021). How the EU Fishing Fleet can become Low Environmental Impact, Low Carbon and Socially Just. Fishing Opportunities as an Agent of Change. Our Fish and LIFE.
17. LIFE (2022). Call to Action: Better implementation of the CFP through a differentiated Approach. Consultado em: 15/03/2024
18. Bloom (2024). Time for a U-Turn. For a social-ecological transition of fisheries.